

Terminologia e morfologia:
marcas morfológicas da génese do vocabulário da Náutica em português¹

Margarita Correia
FLUL / ILTEC / AiT (CELexTe)

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer publicamente aos organizadores do *IX Simpósio Ibero-Americano de Terminologia* o amável convite que me foi endereçado para proferir esta conferência, integrada no tema *A nova linguística ao serviço do desenvolvimento teórico e aplicado da terminologia*. Trata-se de um convite que muito me honrou e que eu muito agradeço.

1. Introdução

Muitos trabalhos de terminologia incluem, entre os seus capítulos, uma descrição dos mecanismos morfológicos ou morfossintácticos envolvidos na construção dos termos do domínio de especialidade em análise. No entanto, essas descrições limitam-se, frequentemente à enumeração dos operadores morfológicos ou morfossintácticos envolvidos na construção desses termos e à ilustração dos diferentes tipos de estruturas detectados, constituindo, por isso, visões mais ou menos superficiais dos fenómenos em análise.

Nos últimos anos, os estudos em morfologia construcional² conheceram um desenvolvimento notável, tendo-se hoje em dia uma visão muito mais clara não apenas das regras e dos operadores envolvidos na construção de palavras, como também dos mecanismos semânticos associados a essa construção e, ainda, da relação que existe entre a estrutura de uma unidade lexical e a sua capacidade denominativa.

¹ Agradeço a toda a equipa do CEXLexTe (Centro de Estudos de Léxico e Terminologia, sedado no ILTEC) todas as sugestões e pistas dadas para este trabalho. Agradeço à Professora Doutora Maria Helena Mira Mateus a leitura atenta e as sugestões. Qualquer erro contido neste texto é da minha inteira responsabilidade.

² O termo 'morfologia construcional' proposto por Danielle Corbin nos seus trabalhos, sobretudo a partir de 1992, em substituição de 'morfologia derivacional', pretende ser mais descritivo daquilo que a autora entende ser o objecto de estudo desta disciplina, isto é, a construção de palavras, não apenas por derivação, mas com recurso a outros processos de construção, tais como a composição, os processos deformacionais ou a lexicalização de sintagmas.

Deste modo, acredito que a aplicação das novas aquisições em morfologia construcional ao estudo dos vocabulários de especialidade poderá constituir um complemento, a par de outras visões da terminologia tais como a socioterminologia e a teoria sociocognitiva, para a compreensão dos mecanismos que intervêm na denominação de conceitos, nomeadamente na selecção de uma dada denominação para um conceito determinado. De resto, nos últimos anos tem-se assistido à integração progressiva dos avanços da Linguística em geral e da Lexicologia em particular nos estudos em Terminologia, facto que tem contribuído, por um lado, para explicitar os processos envolvidos na constituição e uso das terminologias dos diferentes domínios de especialidade.

São objectivos deste trabalho os seguintes:

1. Defender a pertinência do estudo das estruturas morfológicas dos termos no âmbito dos estudos em Terminologia, seguindo modelos de análise associativos, tais como o concebido por Danielle Corbin e também conhecido como modelo SILEX;
2. Defender que a terminologia de um determinado domínio apenas se encontrará completamente descrita quando a estrutura dos termos se encontrar suficientemente caracterizada, dado que essa terminologia também se caracteriza pelas estruturas morfológicas dos termos que a compõem;
3. Demonstrar que a estrutura interna dos termos de um domínio é uma marca das condições sócio-históricas em que foram produzidos e são/foram usados;
4. Demonstrar que a selecção de determinada estrutura morfológica para uma denominação obedece à necessidade (consciente, mas geralmente inconsciente) de dar a ver o conceito de uma determinada forma, podendo também, frequentemente, servir objectivos comunicativo específicos;
5. Trazer à consideração do auditório a hipótese de que línguas minorizadas, como é o caso do português na Europa, estejam a ser descaracterizadas, já não apenas pela entrada maciça de termos de língua inglesa, mas também pela criação neológica com recurso quase exclusivo a mecanismos e a operadores que têm cognatos em língua inglesa. Dito de outro modo, ponho a hipótese de as nossas línguas estarem a ser afectadas no seu âmago, isto é, na sua estrutura morfológica.

Para atingir estes objectivos, proceder-se-á à observação dos processos de construção de palavras mais frequentes no vocabulário especializado da Náutica, em particular nos subdomínios da Navegação e da Construção Naval, contida num dicionário especializado de referência para este domínio, cujas principais características serão adiante explicitadas.

Num primeiro momento, após expor sumariamente a metodologia seguida, apresentarei uma primeira análise e interpretação dos dados recolhidos. Em seguida, introduzirei alguns considerandos na discussão, para passar a descrever mais pormenorizadamente e a explicitar um determinado conjunto de dados. Por fim, procurarei explicações para as diferenças entre terminologias de subdomínios distintos da Náutica, lançando pistas para futuras discussões.

1.1. Alguns pressupostos sobre a natureza das unidades terminológicas

A tese que aqui será defendida tem por base alguns pressupostos teóricos de base, que têm que ver com a terminologia.

Na nossa perspectiva, e na senda das propostas teóricas defendidas por Cabré no âmbito da teoria comunicativa da terminologia, os termos são unidades lexicais *de facto* que assumem significados especializados quando usadas em determinados âmbitos de especialidade. Deste facto decorre que não apenas iremos encontrar inúmeros termos que têm por base unidades da língua corrente que se transferem para registos linguísticos especializados, como, além disso, iremos encontrar os mecanismos de construção de palavras que encontramos no léxico da língua corrente também nas unidades terminológicas.

Por outro lado, como unidades lexicais *de facto* que são, apesar de poderem ser abordados de outras perspectivas (cognitiva, social, ontológica), os termos merecem também ser analisados do ponto de vista linguístico, fazendo uso dos saberes adquiridos no âmbito desta disciplina.

Neste trabalho, proponho-me explicar alguns dados sobre os termos da Náutica com base em novos conhecimentos adquiridos no âmbito da morfologia construcional, mais frequentemente conhecida como morfologia derivacional ou lexical.

1.2. Metodologia

Para a realização deste trabalho, foi feito o levantamento das unidades derivadas incluídas no *Dicionário de Linguagem de Marinha Antiga e Actual* (3.^a edição, de 1990),

de Humberto Leitão com a colaboração de J. Vicente Lopes (de agora em diante, DLM), o mais amplo dicionário de terminologia náutica disponível para o português europeu. O recurso a um dicionário especializado e não aos dados do corpus justifica-se na medida em que aquilo que se encontra em observação é a estrutura interna dos termos e não tanto o seu uso. O objectivo desta recolha foi verificar quais os principais mecanismos derivacionais envolvidos na construção de termos de Marinha, bem como fazer o levantamento dos principais afixos envolvidos nessa construção, pelo que apenas palavras derivadas foram retidas, mesmo aquelas que se encontram inseridas em sintagmas lexicalizados e em combinatórias.

Da recolha levada a cabo no âmbito deste trabalho, foram excluídos os termos que apresentam a marca «(Ant.)», termo antigo; no entanto, tenho consciência de que muita da terminologia que neste dicionário não apresenta esta marca se encontra, hoje em dia, em desuso, fruto da evolução científica e, sobretudo, técnica e tecnológica, de que este domínio de conhecimento tem sido alvo. Também foram deixados de lado os termos marcados como fazendo parte da gíria de bordo e, ainda, algumas unidades da língua corrente que aparentemente não denominam qualquer conceito específico deste domínio de especialidade, tais como nomes de fenómenos e estados meteorológicos – *exs.: chuveirada* ou *saraivada*.

Em seguida, os dados foram organizados de acordo com a sua categoria e com a estrutura que apresentam, isto é, foram organizados em substantivos (denominais, deadjectivais e deverbais), adjectivos (denominais, deadjectivais e deverbais) e verbos (denominais, deadjectivais e deverbais), de modo a obter uma imagem mais clara dos mecanismos derivacionais mais produtivos nesta terminologia.

1.3. Características do DLM

O DLM é um dicionário impresso da autoria dos Comandantes Humberto Leitão e J. Vicente Lopes, constituído por 8239 entradas principais. Teve uma primeira edição em 1962, uma segunda em 1974 e, ainda, uma terceira em 1990. O DLM constitui uma das mais importantes recolhas do vocabulário das especialidades ligadas à Marinha, funcionando como dicionário de referência para este domínio.

O DLM é um dicionário que revela extraordinária erudição, apresentando numerosas informações sobre a história dos termos, vocação histórica que é expressamente assumida pelo Comandante Humberto Leitão logo na «Introdução à primeira edição» (pp. ix a xiii).

Para além de termos em uso no momento da sua publicação, o DLM contém um grande número de termos antigos de marinha recolhidos em textos compreendidos entre os séculos XVI e XX. Por esse facto, muitos dos termos incluídos nesse dicionário são termos antigos, frequentemente marcados com a etiqueta «(Ant.)», embora se tenha verificado que nem sempre esta etiqueta é usada com sistematicidade.

O DLM recobre, sobretudo, os subdomínios da Navegação, da Construção Naval e da Meteorologia. Este dicionário tem também a particularidade de dar conta de variação terminológica de cariz sócio-profissional (exs.: *escadeiro*, dito ser pertencente à *gíria de proa*, ou *impulheta* por *ampulheta* e *inçar* por *içar*) e de cariz diacrónico (ex.: *gaivina*, forma antiga de *garazina*).

O DLM apresenta como entradas não apenas substantivos (em número maioritário, como seria de esperar), mas também muitos verbos. Os adjectivos especializados na linguagem náutica, cuja análise, por si só, mereceria um estudo mais amplo, não têm, em geral, entradas próprias neste dicionário, aparecendo apenas tratados quando fazem parte de um composto ou de uma combinatória. Estas unidades vêm apresentadas geralmente como subentradas do substantivo nuclear do sintagma,³ embora alguns compostos sintagmáticos tenham entradas próprias (exs.: *couce da roda*, *painel da quilha*).

Em termos de microestrutura, o DLM apresenta basicamente a entrada seguida da definição, mas também apresenta abonações em alguns artigos, o que faz deste dicionário um caso singular no panorama dos dicionários especializados portugueses. O dicionário também dá conta da polissemia de alguns termos, apresentando os seus vários significados seriados no interior do artigo.

2. Primeira análise dos dados recolhidos

Ao longo da recolha, verificou-se existir um largo número de termos de estrutura simples da língua corrente que integram a linguagem de Marinha, fruto de processos metonímicos, mas, sobretudo, metafóricos, que não serão aqui abordados, mas que constituem o cerne do trabalho de Ana Mineiro (cf. Mineiro 2004 e em preparação). Foram também detectados alguns termos compostos resultantes da lexicalização de sintagmas (exs.: *mar alto*, *mar de carneirada*, *mar em flor*, *mar interior* ou *mar de pequena vaga*) e algumas siglas (exs.: *H* [ângulo horário], *Hg* [ângulo horário em Greenwich], *Hmg* [hora

³ Por exemplo, dentro do artigo referente a *céu*, surgem as combinatórias *céu branco*, *céu claro*, *céu estratiforme ou de estratos*, *céu farrado*, *céu grosso*, *céu leve*, *céu pedrento* e *céu sujo*.

média de Greenwich], *Hs* [hora sideral] ou *Hv* [hora verdadeira]). Excluindo a construção dos verbos referidos em (ii), a prefixação não se revelou um processo muito produtivo neste corpus.

2.2. Principais estruturas derivacionais detectadas

No que respeita exclusivamente a unidades derivadas por sufixação, os principais resultados dessa recolha podem ser resumidos do seguinte modo:

- (i) Ocorre um número muito significativo de nomes em *-eir-*, denominando não só diferentes tipos de profissionais envolvidos na manobra do barco ou na pesca (exs.: *alcatroeiro*, *despenseiro* ou *proeiro*), mas também diferentes tipos de embarcação (exs.: *bacalhoeiro*, *cargueiro* ou *patrulheiro*); apenas foram recenseados três nomes de profissionais em *-ista* (*estrategista*, *maquinista* e *manobrista*, apresentando este último um sinónimo em *-eir-*, a saber, *manobreiro*).⁴
- (ii) Verificou-se que o processo de construção de palavras mais frequentemente usado é a verbalização denominal, tendo sido recenseados cerca de duzentos termos que exibem esta estrutura; os verbos denominais são verbos construídos pela mera adjunção da vogal temática *a* (exs.: *balizar*, *bolinar*, *couraçar*, *querenar* ou *xaretar*), processo que é também corrente em inglês, verbos derivados por prefixação, tratados na gramática tradicional como parassintéticos (exs.: *acordoar*, *amalhar*, *aproar*, *emproar* ou *encavilhar*), ou, ainda, verbos construídos com adjunção do sufixo *-e-* (exs.: *balancear*, *borderar*, *costear*, *mastrear* ou *rastear*) e do sufixo *-ej-* (exs.: *bordejar*, *forcejar*, *panejar*, *proejar* ou *velejar*), processos que não ocorrem, na língua inglesa; não foi, além disso, detectado qualquer verbo em *-iz(ar)*.⁵
- (iii) Foi recenseado um número muito significativo (mais de 120) de nomes que são derivados avaliativos, exibindo um vasto leque dos muitos afixos disponíveis

⁴ Em contrapartida, a denominação da maioria das máquinas que operam a bordo é construída com recurso a outro operador, *-(d)or*, que intervém na construção de adjectivos/nomes deverbais.

⁵ O único verbo terminado em *-izar* detectado foi o verbo *balizar*, em que o segmento *-iz-* pertence à base, não constituindo, portanto, um afixo derivacional.

em português para estas construções, muitos deles já pouco frequentes, mesmo em língua corrente, dos quais são exemplos:

- *-ão* – *agulhão, caravelão, palmetão*;
- *-et(a/e/o)* – *ancorete, barqueta, fradete*;
- *-ilh(a/o)* – *amarrilho, golilha*;
- *-ot(a/e/o)* – *baleote, mangote*;
- *-arr(a/o)* – *atuarro*;
- *-inh(a/o)* – *burrinho, caldeirinha*;
- *-aç(a/o)* – *algaço, filaça, iscaço*.

- (iv) Registou-se um número muito significativo de nomes denominais em *-ada* e em *-agem*, actualizando os derivados os diferentes tipos de significado que são próprios destas estruturas (exs.: “conjunto de” – *carneirada, cortiçada, grumetada, grumetagem, matalotagem, tonelagem*; “golpe desferido com Nb” – *arcabuzada, remada e culapada*⁶; “conteúdo de Nb” – *batelada, lanchada, nassada*).
- (v) Por fim, outro dos processos mais produtivos nesta terminologia é a construção de nomes deverbais, em *-mento* (exs.: *afundamento, alquebramento*), em *-(d)ura* (exs.: *atracadura, embocadura*), em *-agem* (exs.: *balizagem, dragagem, navegagem*) e derivados regressivos (*desgarro, encalhe, rabeio*); curiosamente, encontraram-se dois nomes em *-dela* (*atracadela* [«acto de atracar»⁷] e *sacudidadela* [«estremeção do navio quando o balanço é rápido e violento»]), construção típica da língua corrente;⁸ foram recenseados menos de 30 nomes deverbais construídos com recurso a *-ção* num conjunto de cerca de 150 destes nomes.

2.2. Primeira interpretação dos dados

Numa primeira abordagem, estes dados chamam a atenção pelo facto de apresentarem uma quantidade muito significativa de operadores derivacionais que ocorrem frequentemente na língua corrente contemporânea, causando ao falante desprevenido de

⁶ Mineiro e Steiger (no prelo) mostraram que o barco é conceptualizado, em linguagem de Marinha, como um ser animado, com um corpo, constituindo a popa o *cu* do barco (ou a sua rabada), base do termo *culapada*, que denomina um golpe brusco de popa.

⁷ São usadas aspas francesas para assinalar definições lexicográficas.

⁸ Cf. *lambidela, limpadela* ou *varridela*, unidades lexicais de registo popular, parafraseáveis por “acto de lambar / limpar / varrer de forma rápida e pouco cuidada”.

português a sensação de se encontrar perante um registo popular desta língua e não tanto perante um discurso de especialidade.

Comparando estes dados com os de outras terminologias, verifica-se que os operadores morfológicos aqui presentes diferem significativamente dos que se encontram na maioria dos vocabulários especializados. Os afixos envolvidos na construção de termos da terminologia náutica não são muito correntes em terminologias científicas e técnicas, dado, aparentemente, não darem a ver os conceitos com a objectividade que seria esperável de palavras que expressam conceitos de natureza científica e/ou técnica.

Poder-se-á argumentar que se trata, nestes casos, de palavras da língua corrente que entraram na linguagem da Náutica. Porém, rapidamente se verifica que não é esse o caso para a maioria dos termos recenseados. Se efectivamente os afixos acima enumerados surgem sobretudo em palavras de uso corrente, a verdade é que as suas bases são, na maioria dos casos, por si, termos náuticos que não ocorrem na língua corrente, denominando apenas conceitos associados a este domínio de especialidade.

3. A explicação dos fenómenos em análise

Que razões poderão ser apontadas para a ocorrência destes afixos na terminologia da Náutica?

3.1. Contexto histórico e social da construção desta terminologia

Duas razões saltam imediatamente à vista:

1. Trata-se de recursos frequentes em português durante a Idade Média e o século XVI, mas hoje pouco ou nada produtivos, apenas identificáveis em palavras derivadas construídas em épocas remotas. Esta explicação parece plausível, na medida em que a empresa dos Descobrimentos teve o seu início no século XV, embora se saiba que mesmo durante a Idade Média, os Portugueses estavam já envolvidos na navegação. É conhecido o papel que os Portugueses tiveram não apenas no Descobrimento de novos mundos, particularmente entre os séculos XV e XVI, mas também no desenvolvimento da engenharia e da arquitectura navais, da navegação astronómica e na arte de manobra e aparelho do navio (cf. Ferreira da Silva (no prelo)). Ao desenvolvimento das ciências e técnicas náuticas em Portugal, correspondeu o florescimento de toda uma terminologia vernácula especialmente a partir do século XV, embora alguns termos náuticos sejam

mesmo anteriores e outros ainda provenientes de outras línguas como o catalão, o italiano ou o árabe. Provavelmente, portanto, muitos dos termos de marinha que se recensaram para este trabalho foram construídos nesta época. Tal facto é tanto mais verdadeiro quanto muitos destes termos, com a evolução dos métodos de construção naval e com a evolução dos métodos de navegação e das comunicações, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, apenas subsistem na navegação de recreio (à vela) e, no âmbito da Marinha Portuguesa, na manobra do navio-escola Sagres e do lugre Creoula.

Porém, se é verdade que alguns dos operadores afixais em apreço são datados, isto é, já não se encontram disponíveis para a construção de novas palavras em português contemporâneo (por exemplo, o sufixo *-(d)ura* parece não estar disponível actualmente para a construção de novos nomes de acção), a verdade é que muitos destes operadores afixais ainda hoje se encontram disponíveis para a construção de novas palavras, sobretudo da língua corrente (por exemplo, *-mento*, *-ada* ou *-eir-*). A variação diacrónica da língua não é, portanto, a única responsável pelas particularidades deste vocabulário.

2. Os marinheiros envolvidos na empresa dos Descobrimentos e nas viagens marítimas eram fundamentalmente gente do povo, pouco instruída, não lhes sendo acessível, portanto, o domínio de uma terminologia muito elaborada. A terminologia usada por estes profissionais teria que ser, então, forçosamente simples (ou simplificada), constituída por muitos termos provenientes da língua corrente, que lhes permitissem conceptualizar realidades especializadas (como as relacionadas com a navegação, com as manobras envolvidas neste processo, com as partes do navio e com os instrumentos que dele fazem parte) em termos de realidades próprias do meio terreno e da sua vida corrente. Ora, se, por si só, tal explicação é válida para as palavras de língua corrente que assumem significados especializados, sobretudo em virtude de processos metafóricos e metonímicos já referidos, o mesmo não acontece com a maioria dos termos, simples ou construídos, que não são usados fora deste registo linguístico específico.

A variação sociolectal parece constituir, portanto, uma explicação plausível, mas não única, para os fenómenos em apreço.

3.2. Outros considerandos a observar no tratamento destes dados

1. Os afixos aqui em estudo não ocorrem com a mesma frequência em todos os subdomínios da Náutica. Eles são frequentes em subdomínios como a Navegação, a Construção Naval (particularmente no que respeita à denominação de partes e de instrumentos do navio) e em parte do vocabulário da Meteorologia (aquela que diz respeito à representação empírica do estado do tempo, dos fenómenos meteorológicos e do estado do mar), subdomínios cobertos pelo DLM. Porém, fazendo uma rápida pesquisa pelo corpus *TerminÁutica*,⁹ verifica-se que outros subdomínios da Náutica apresentam uma terminologia mais consentânea com aquilo que se espera de um vocabulário mais “erudito”, mais rigoroso conceptualmente; é o caso do vocabulário das Políticas Ambientais e Poluição, da Política de Águas Territoriais e do Direito Comercial Marítimo, subdomínios da Náutica de desenvolvimento mais recente. Ora, a verdade é que o vocabulário dos subdomínios da Navegação, da Construção Naval e da Meteorologia anteriormente mencionados são os mais passíveis de serem usados pelo pessoal de bordo, os marinheiros, os embarcadiços, a gente simples que tripula(va) os navios e executa(va) a maioria das operações necessárias à manobra do barco, enquanto que os vocabulários das Políticas Ambientais e Poluição, da Política de Águas Territoriais e do Direito Comercial Marítimo são adquiridos e usados por profissionais com um nível de formação superior que, normalmente, dominam uma segunda língua de trabalho (quase sempre o inglês)¹⁰ e constituem domínios de saber de carácter mais internacional.

Este facto parece corroborar o argumento de que as variações cronolectal e sociolectal explicam suficientemente as características do vocabulário em estudo.

2. Uma das características do conhecimento lexical dos falantes de uma língua é o facto de cada falante conhecer um vocabulário específico, que resulta da sua própria história e características, e de não existirem dois falantes que possuam vocabulários exactamente coincidentes. Ora, se o vocabulário de dois falantes de uma língua pode variar em quantidade e em qualidade no que respeita a unidades de classes abertas (substantivos, adjectivos e verbos, que permitem a denominação de entidades e conceitos da realidade extralinguística), já ao nível das unidades pertencentes a classes fechadas, as de significado gramatical, essa variação deverá ser diminuta, dado o conhecimento dos itens que constituem essas classes fechadas ser imprescindível para a produção dos enunciados.

⁹ Corpus constituído no ILTEC (2001-2003), no âmbito do projecto com o mesmo nome, que foi subsidiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹⁰ Cf. Silva, Magano e (no prelo).

Seguindo esta linha de raciocínio, postulamos, então, a hipótese de que os afixos derivacionais, especialmente os sufixos,¹¹ fazendo parte das classes fechadas da língua e veiculando significado de tipo gramatical, deverão, em princípio, fazer parte do conjunto de itens que são comuns a todos os falantes. Em consequência, se os falantes escolhem, na construção de denominações, uns afixos e não outros, esse facto não deverá relevar tanto do desconhecimento dos restantes sufixos, mas sim de uma intenção denominativa e/ou comunicativa particular.

3. Se é verdade que o significado de uma palavra derivada depende em grande parte do significado que lhe é conferido pela Regra de Construção de Palavras (RCP) que lhe deu origem,¹² a verdade é que de uma mesma RCP fazem parte mecanismos e afixos diferentes, cujos derivados exibem significados ligeiramente diferentes.

No âmbito do estudo da construção dos nomes de qualidade em português, foram verificados alguns dados importantes para a compreensão da denominação das entidades, que importa apresentar de forma resumida. Este trabalho teve como enquadramento teórico o modelo SILEX¹³ de construção de palavras, concebido por Danielle Corbin e desenvolvido por esta autora e pelos membros da sua equipa, que caracterizarei muito brevemente como sendo um modelo associativo e estratificado. Por ‘modelo associativo’ entende-se aquele cujas RCPs permitem construir conjuntamente a estrutura morfológica e a interpretação semântica das palavras construídas, pelo que uma palavra construída por uma RCP apresenta uma motivação recíproca entre a sua forma (ou estrutura) e o seu significado. Por ‘modelo estratificado’ entende-se aquele que apresenta uma componente lexical da gramática composta por vários níveis, ao longo dos quais se vai construindo o significado das palavras construídas.

Ao analisar a construção dos nomes de qualidade em português (cf. Correia 2004), verificou-se que da RCP que permite construir estes nomes deadjectivais, fazem parte os sufixos *-ia*, *-idade*, *-ismo*, *-ez / -eza*, *-ice*, *-eira*, *-ura* e *-idão*. A selecção de um ou outro

¹¹ O caso dos prefixos é certamente diferente, dado o carácter mais aberto desta classe e a sua relação mais estreita com itens de significado lexical, que levam tantas vezes não só à existência de homónimos (unidades que são nalguns contextos prefixos e noutros, elementos de composição), como também às dificuldades que frequentemente se colocam para a classificação dos elementos que ocorrem à esquerda da base (v. a este propósito o trabalho de Vallès 2004).

¹² Exemplos de Regras de Construção de Palavras são a RCP que permite a construção de nomes deverbais de acção, a RCP que permite a construção de nomes de quantidade (colectivos ou intensificadores), ou a RCP que permite a construção de adjectivos denominais de relação.

¹³ UMR CNRS, sediada na Universidade de Lille (França).

sufixo para a construção de um determinado nome de qualidade pode ser condicionada por factores linguísticos ou por factores de natureza semântico-referencial relacionados com aspectos extralinguísticos. Entre os factores linguísticos que condicionam a selecção de um determinado sufixo podem contar-se a origem da base (ex.: *-ia* selecciona prioritariamente bases gregas, ao passo que *-idade* selecciona prioritariamente bases latinas), a estrutura interna da base (exs.: *-ez* e *-eza* apenas podem seleccionar bases de estrutura simples, ao passo que *-idade* pode ocorrer com algumas bases derivadas e apenas *-ismo* pode ocorrer com bases que resultam de conversão denominal ou de lexicalização de sintagmas), a incompatibilidade entre afixos (ex.: *-idade* jamais pode seleccionar por base um adjetivo construído com *-eir-*, com *-ud-* ou com *-eng-* por razões de natureza semântica), ou a estrutura fonológica da base (ex.: de entre as bases de estrutura simples, *-ez* selecciona prioritariamente bases com três ou mais sílabas e bases esdrúxulas).

Mas os factores de natureza semântico-referencial que se prendem com a natureza das entidades denominadas são também determinantes na selecção do afixo em causa; por exemplo, os derivados com os sufixos *-idão* e *-ura* denominam qualidades físicas, apreensíveis pelos sentidos. Além disso, os sufixos seleccionam das bases traços distintos. Por exemplo, *-ismo* serve para a construção de propriedades comportamentais humanas e selecciona das suas bases aquelas que são assumidas de forma sistemática e consciente, pelo que os derivados em *-ismo*, além da qualidade propriamente dita, se prestam à denominação de sistemas de ideias, de comportamentos e de actuações (exs.: *socialismo*, *extremismo* ou *terrorismo*). Ou, ainda, *-idade*, *-ia*, *-ez* e *-ismo* seleccionam das suas bases as propriedades mais objectivas (em geral as que se prendem com o saber científico sobre as entidades denominadas) e, por isso, ocorrem mais frequentemente na denominação de conceitos de natureza científica.

Finalmente, também factores comunicativos podem estar implicados na selecção de um derivado construído com um afixo e não com outro. Por exemplo, quando em vez de *anglicidade* ou *anglicismo* utilizo *inglesice* ou *inglesada*, embora todas estas palavras tenham como significado estrutural “o facto de ser *anglo-* / *inglês*”, é certo que quero dar a ver essa qualidade de forma diferente, focalizando formas diferentes de ver a qualidade de quem ou do que é inglês – ex.: *inglesice* e *inglesada* focalizam as propriedades estereotípicas que habitualmente associamos aos ingleses.

No que respeita às qualidades, verificou-se, portanto, que a selecção de uma determinada estrutura morfológica pode ser condicionada pela intenção, consciente ou inconsciente, de dar a ver o referente de uma determinada maneira e de focalizar determinados traços constituintes da qualidade, pelo que acredito que a clássica separação entre estrutura da língua ou “o estritamente linguístico” e a cognição ou visão / conhecimento do mundo não é uma distinção na qual valha a pena continuar a insistir.

4. Revisão das questões a analisar

Extrapolando os dados obtidos no estudo da denominação das qualidades para o estudo do vocabulário que nos ocupa neste trabalho, teremos, então que posicionar o problema das estruturas morfológicas atestadas de modo diferente. Deste modo, as questões para as quais importa obter respostas passarão a ser as seguintes:

- Quando da construção dos termos em análise neste trabalho, houve motivação para a escolha dos operadores recenseados e não de outros?
- Por que razão são escolhidos determinados processos ou operadores morfológicos e não outros?
- Poderá a escolha destes mecanismos e operadores morfológicos ter um objectivo denominativo e/ou comunicativo específico(s)?
- A escolha destes mecanismos e operadores será mais apta a denominar determinado tipo de conceitos?

Nas linhas que se seguem pretendo mostrar como a escolha dos operadores morfológicos mais produtivos no vocabulário da Náutica resulta da necessidade de denominar os conceitos de determinada forma, determinada pelas condições sócio-históricas em que esta terminologia foi criada e é/foi usada, pela própria natureza dos conceitos em causa e pela visão que o falante tem ou se quer evidenciar relativamente às entidades denominadas.

5. Reanálise e explicação de alguns casos

Na impossibilidade de analisar em detalhe todos os tipos de estruturas encontrados e enunciados em 2.2., deter-me-ei na explicitação de três casos particulares e significativos, a saber, a ocorrência de nomes em *-eir-*, a ocorrência de verbos denominais e a ocorrência de nomes construídos com sufixos avaliativos. Porém, dado o volume dos dados não será

possível proceder à apresentação exaustiva de todas as estruturas detectadas em cada um destes casos, sendo apenas mencionadas as mais produtivas.

5.1. Porque ocorrem tantos nomes em *-eir-* neste vocabulário?

Não irá ser aqui discutida a questão de saber se os nomes em *-eir-* são nomes deadjectivais derivados por conversão dos adjectivos homónimos ou se são nomes denominais directamente construídos por sufixação, embora a presença neste dicionário de diversos adjectivos homónimos de nomes em *-eir-* se me afigure como mais um argumento em favor desta última tese.¹⁴ De resto, a maior parte das formas que abaixo descreverei podem ocorrer em contexto na posição de nomes ou na posição de adjectivos.

Para denominar os profissionais / especialistas dos diferentes domínios, o português dispõe dos seguintes mecanismos:

(i) recurso a nomes que são compostos morfológicos cujo segundo elemento, o da direita, é frequentemente *-log-* ou *-graf-*, como em *terminólogo* ou *terminógrafo*;

(ii) recurso a nomes compostos de estrutura V + N, tais como *guarda-costas*, *guarda-freios* ou *porta-estandarte*;

(iii) recurso a nomes derivados deverbais em *-or* ou em *-eir-*, construídos sobre o tema do participio passado dos verbos, como *programador*, *solicitador*, *vendedor* ou *vendedeira*, *tecedeira*, *fiadeira*, ou em *-nte* sobre o tema do verbo, como *comerciante*, *estudante*, *navegante*;

(iv) recurso a nomes derivados denominais em *-eir-*, em *-ista* ou em *-ári-*, tais como *marinheiro*, *latoeiro* ou *fazendeiro*, *linguista*, *estilista* ou *pára-quedista*, *bibliotecário* ou *alfandegário*.¹⁵

O recurso a cada uma das estruturas atrás mencionadas, dá a ver a profissão denominada de uma forma distinta. Assim, por exemplo, enquanto os derivados deverbais focalizam as características da acção praticada pelo profissional, descrevendo-a através da base verbal, os compostos de estrutura V+N são mais figurativos, na medida em que não apenas apresentam a acção como indicam claramente qual o objecto privilegiado dessa

¹⁴ Acredito que a forma mais económica e eficaz de descrever os nomes em *-eir-* é adoptar uma visão unificada destes nomes, na linha do que é defendido por D. & P. Corbin 1991 para o sufixo cognato francês *-ier*.

¹⁵ Em meu entender, a actual menor disponibilidade dos operadores de forma *-eir-* (deverbais ou denominais) prende-se com o facto de este sufixo aparecer associado a profissões mais artesanais, para cujo exercício é requerida menor ou nenhuma formação académica, e menos prestigiadas socialmente. A confirmar esta hipótese, note-se que a maioria dos nomes deverbais em *-eir-* denominam profissionais femininas e que a funcionária de uma loja de marca nunca aceitará ser chamada *vendedeira*, mas sim *vendedora*.

acção, dando, portanto, a ver a relação específica que se estabelece entre o sujeito e o objecto através da acção.¹⁶

O sufixo *-eir-* opera sobre bases nominais, prioritariamente nomes concretos, seleccionando das suas bases as propriedades pragmáticas, isto é, aquelas que têm a ver directamente com a relação que o ser humano tem com o objecto em causa. É por isso que encontramos em português nomes em *-eir-* que denominam não só nomes de profissionais cujo trabalho consiste na manufactura / extracção / transformação de objectos, como, ainda, recipientes / edificios próprios para guardar / armazenar conteúdos específicos (exs.: *saleiro, pimenteiro, fruteira, palheiro*) e plantas especificamente cultivadas para a produção de determinado produto que corresponde normalmente a uma das partes da planta (exs.: *batateira, tomateiro, pereira, cafeeiro, cacaeiro*).

Os nomes em *-eir-* que ocorrem no corpus denominam, como vimos, por um lado, marinheiros com uma função específica na manobra do barco e, por outro, barcos especialmente destinados à concretização de determinado objectivo.

No caso dos nomes de marinheiros específicos, as bases destes nomes são, na maioria dos casos, substantivos concretos que denominam o instrumento ou o material com que o marinheiro realiza a operação que lhe está cometida – exs.: *timoneiro* < *timão*; *alcatroeiro* < *alcatrão*; *remeiro*¹⁷ < *remo*; *cordoeiro* < *cordão*), mas também podem denominar a parte do barco onde o marinheiro exerce a sua actividade ou que se encontra à sua guarda – exs.: *despenseiro* < *despensa*; *escoteiro* < *escotas*; *proeiro* < *proa* –, ou, ainda, o tipo de embarcação onde exerce a sua actividade – exs.: *bateleiro* < *batel*; *fragateiro* < *fragata*.

Sendo o barco uma estrutura extremamente complexa, onde as funções a desempenhar para o bom sucesso da viagem são as mais variadas, a denominação dos diferentes profissionais através de nomes com esta estrutura contribui não apenas para a visão pragmática da realidade que se quer denominar, como é determinante para a economia do próprio sistema de conceitos, dado que permite denominá-los de forma breve, mas suficientemente descritiva e distintiva para não suscitar confusões.

Por outro lado, os nomes de tipos de barcos em *-eir-* são construídos pela adunção de *-eir-* aos nomes seja do produto “produzido” pela embarcação, isto é, para cuja

¹⁶ Talvez seja por isso que este tipo de compostos, que podem servir também para denominar instrumentos específicos, é tão utilizado na denominação de aparelhos e pequenas máquinas de uso diário apresentados em vendas por catálogo.

¹⁷ Foi também detectado o sinónimo *remador*, construído sobre *remar*, hoje em dia de uso mais frequente.

extracção o barco é especificamente usado (exs.: *lampreeira, moliceiro, fanequeira*),¹⁸ seja da parte do barco ou do objecto nele transportado que constitui o seu constituinte mais relevante, o elemento que contribui para estabelecer a especificidade do barco em causa em relação aos outros tipos de barcos possíveis (exs.: *bombardeira, torpedeiro, veleiro*). Deste modo, dada a diversidade de tipos de barcos existente, os mesmos fins que se perseguem com a denominação de profissionais com nomes em *-eir-* são, também aqui, plenamente atingidos.

5.2. Porque ocorrem tantos verbos denominais neste vocabulário?

A perspectiva pragmática e a economia do sistema presentes nesta terminologia e já evidenciadas pela significativa ocorrência de nomes em *-eir-*, vêem-se reforçadas pelo recurso aos verbos denominais. Não referirei neste apartado os verbos que são oriundos da língua corrente (como *abraçar*) ou de outros domínios de especialidade (como *aparelhar*)¹⁹ e que foram transferidos para a linguagem da Náutica adquirindo novos significados.

Os verbos denominais em apreço denominam acções específicas praticadas durante a preparação da viagem e, sobretudo, durante a manobra do navio. Nestes verbos, as bases denominam, na maioria dos casos, partes ou instrumentos do barco, focalizando, portanto, a relação concreta que se estabelece com essa entidade, objecto ou instrumento da acção praticada – exs.: *arpoar* < *arpão* («fisgar com o arpão»); *xaretar* < *xareta* («defender com a xareta ou xaretas»); *acunhar* < *cunha*; («meter cunhas»; «apertar por meio de cunhas»); *encavilhar* < *cavilha* («segurar por meio de cavilhas»); *bosquejar* («suspender as «boscas»; pescar com «bosca»); *panejar* < *paneja* («bater a testa da vela (pano), do lado de barlavento, quando o navio vai o mais possível chegado ao vento»); *alcear* < *alça* («pôr uma alça»); *cartear* < *carta* («pôr na carta a posição do navio, ...»).

Ora, sendo o barco uma estrutura extremamente complexa (conceptualizado mesmo como uma urbe, na perspectiva de Mineiro e Steiger (no prelo)), constituída por uma quantidade apreciável de partes distintas e de instrumentos diferentes, todos com nomes bem diferenciados (note-se que os nomes das partes e dos instrumentos não são, em geral, polissémicos), a forma mais económica de denominar as diferentes acções relacionadas

¹⁸ Este tipo de derivados insere-se na construção de nomes de recipientes acima referidos.

¹⁹ Cf. Mineiro (no prelo).

com o barco e a sua manobra é fazê-lo através da focalização directa do objecto da acção ou do seu instrumento, evitando quaisquer ambiguidades na comunicação.

A alternativa denominativa ao recurso a estes verbos denominais consistiria na utilização de perífrases verbo-nominais explicativas, do tipo das usadas nas respectivas definições, não só muito mais longas, mas que privilegiam não tanto o objecto ou o instrumento da acção denominada, mas as próprias características da acção. O uso destas estruturas mais descritivas mas também mais longas e, portanto, menos económicas, parece desnecessário, dado que o marinheiro, quando a bordo, já foi alvo de treino específico e não carece de que lhe seja descrita a acção que vai praticar, mas apenas que esta lhe seja indicada. Importa acrescer a isto o facto de, a bordo, as ordens para a prática destas acções serem geralmente gritadas e, por isso, se privilegiarem enunciados o mais curtos possível.

5.3. Porque ocorrem tantos nomes construídos com sufixos avaliativos neste vocabulário?

Em geral, usamos um nome avaliativo quando conceptualizamos uma realidade em função de outra (denominada pela base do avaliativo) que tomamos como tendo as características normais do objecto em causa – ex.: um *caravelão* é uma caravela de dimensões (surpreendentemente) menores do que as tidas como normais.

Na linguagem da Náutica, o uso de construções avaliativas é particularmente interessante no caso dos adjectivos que denominam diferentes estados de tempo ou a intensidade de fenómenos atmosféricos e, ainda, o estado do mar, dando a ver essas entidades por comparação com estados ou fenómenos tidos como os normalmente denominados pelas bases. A denominação destas entidades através destes mecanismos, na linguagem antiga e mesmo na ainda hoje usada a bordo, ocorre basicamente porque o tempo atmosférico apenas foi, durante séculos, passível de ser observado de forma intuitiva a partir da superfície e só foi passível de ser objectivamente medido, quantificado, como fruto de desenvolvimentos científicos e técnicos que tiveram lugar durante o século XX, nomeadamente a análise de imagens de satélite. Não é por isso de estranhar que ocorram no nosso corpus nomes como *calmiço* («calma acompanhada de grande calor») ou *nevoaça* («nevoeiro pouco espesso») e *nevoeirada* («nevoeiro cerrado e prolongado»), mas também um adjectivo como *calmoso* («diz-se do vento muito fraco»).

Poder-se-ia esperar, então, que o uso de estruturas avaliativas ficasse reservado à denominação/caracterização de realidades tão dificilmente medíveis como as anteriormente

apresentadas. Porém, o uso destas estruturas verifica-se, ainda, na construção de denominações de objectos bem concretos e bem medíveis, como é o caso de amarras, âncoras ou velas, apenas três exemplos que a seguir descreverei, e um recurso de dimensões bastante mais vastas.

Os nomes avaliativos detectados no corpus denominam, na sua maioria, partes do barco ou instrumentos e equipamento diversos usados a bordo e servem três finalidades, que ilustrarei com os casos abaixo:

(i) O derivado é hipónimo de uma base X, sendo, portanto, parafraseável como “tipo de X”. Este é o caso de *velacho* (< *vela*), que denomina uma vela específica, a saber, «a vela da gávea do mastro do traquete».

Por vezes, sobre uma mesma base são construídos vários derivados, recorrendo a sufixos distintos, constituindo esses derivados uma cadeia de co-hipónimos distintos. É o caso de *âncora*, termo sobre o qual se constroem três derivados deste tipo, a saber:

- *ancoreta* - «nome que davam a uma âncora pequena, cujo peso regulava por metade do que tinha a âncora normalmente usada pelo navio»;
- *ancorete* - «pequena âncora cujo peso era cerca de 1/3 do peso daquela que o navio usava normalmente»;
- *ancorote* - «âncora relativamente pequena, cujo peso regula entre 1/5 e 1/7 do que tem a âncora normalmente usada pelo navio».²⁰

As definições anteriores são, por si só, ilustrativas da perspectiva empiricista, aproximativa, da comparação que é estabelecida entre a entidade que corresponde ao conceito normal e a que corresponde ao conceito denominado pelo avaliativo.

(ii) O derivado não é um hipónimo da base, mas resulta de um processo metafórico inerente à sua construção. É o caso de *veleta* (< *vela*), que não é um tipo de vela, mas antes uma «pequena bandeira, ou uma pequena figura plana de metal, que se coloca ao tope de um mastro para indicar a direcção do vento»²¹ e que é conceptualizada como uma pequena vela, pelo que é denominada através de um derivado desta palavra.

Este é também o caso de *amarrilhos*, que deriva de *amarra*, termo este que, numa das suas acepções, denomina «o cabo mais grosso empregado a bordo e que se destinava a ser ligado à âncora, quando não eram, ainda, usadas amarras de ferro a bordo»). O termo *amarrilhos* não denomina “amarras pequenas”, antes é definido em DLM, como

²⁰ Sublinhados meus.

²¹ V. g. *grimpa*, definição sinonímica apresentada na entrada *veleta*.

«pequenos bocados de estivado branco (...) para amarrar»; «fio ou linha com que se amarram as voltas de um cabo...».

O recurso a avaliativos neste corpus serve então a denominação de conceitos que são conceptualizados como semelhantes a outros (daí a selecção das bases), podendo essa semelhança advir do facto de os conceitos terem entre si uma relação de hiperonímia / hiponímia, ou apenas uma relação de semelhança que resulta de um processo metafórico inerente. Neste sentido, pode afirmar-se que a existência destes avaliativos serve a figuratividade da linguagem e, ao mesmo tempo, a sua economia deste tipo de linguagem.

Os avaliativos servem, ainda, para expressar níveis de semelhança relativamente a outro conceito que não são quantificados, medidos, mas que são apenas conceptualizados de forma intuitiva e, portanto, aproximativa, constituindo o recurso lexical da língua mais adequado para a denominação deste tipo de conceitos.

6. Os dados analisados e os dos restantes subdomínios da Náutica

Como já foi referido, os sufixos que ocorrem mais frequentemente nos restantes subdomínios da Náutica não são os que ocorrem nos subdomínios até agora em estudo, a saber, os da Navegação, da Construção Naval e parcialmente da Meteorologia. Importa, então, saber que tipos de sufixos se encontram em causa num e noutra caso.

6.1. Sufixos internacionais e sufixos autóctones

Ainda no âmbito do nosso trabalho sobre a construção de nomes de qualidade (Cf. Correia 2004), foi possível delimitar dois tipos de sufixos disponíveis em português contemporâneo: os sufixos internacionais e os sufixos autóctones.

Os sufixos internacionais caracterizam-se por apresentarem as seguintes características:

- surgirem em estruturas analisáveis em português;
- serem portadores de significado relacional característico de sufixos do português;
- estabelecerem com as suas bases uma relação semântica que é reproduzível noutras estruturas semelhantes;
- serem integráveis em paradigmas sufixais próprios de RCPs do português, sendo, portanto, interpretáveis como sufixos do português;

- as estruturas que os exibem podem ou não ter sido construídas em português.

Tendo tido origem latina ou grega, os sufixos internacionais apresentam sufixos cognatos em diversas línguas e comportamentos semelhantes em todas aquelas em que surgem, nomeadamente nas línguas românicas e em inglês. As unidades que os exibem constituem frequentemente internacionalismos, isto é, unidades que têm uma estrutura semelhante em diferentes línguas e que, por isso, são mais facilmente compreensíveis e traduzíveis, e podem ter uma das seguintes origens: ou foram construídas em latim e foram transplantadas para o português, ou se construíram numa outra língua viva, seja ela românica ou seja a língua inglesa, ou, finalmente, se construíram em português, o que aparentemente ocorre com menos frequência.

Por seu turno, os sufixos autóctones são de origem latina e, por isso, não é de estranhar que grande parte deles apresente sufixos cognatos nas restantes línguas românicas.

A distinção entre sufixos autóctones e internacionais justifica-se pelas seguintes razões:

- em primeiro lugar, os sufixos autóctones não apresentam formas cognatas em inglês e, embora em inglês ocorram palavras que exibem sufixos deste grupo, essas palavras foram construídas noutras línguas (são, nomeadamente, latinismos), não sendo, portanto, esses sufixos produtivos na língua inglesa;

- em segundo lugar, os sufixos autóctones não apresentam um comportamento tão idêntico nas diversas línguas românicas, como os sufixos internacionais;

- em terceiro lugar, alguns sufixos autóctones não ocorrem em todas as línguas românicas;

- finalmente, alguns deles apenas ocorrem em português, não apresentando formas próximas em nenhuma das restantes línguas românicas.

A análise dos nomes de qualidade construídos em português permitiu verificar que os nomes construídos com sufixos internacionais dão, geralmente, a ver a qualidade que denotam de forma mais objectiva, ao passo que os nomes construídos com sufixos autóctones dão a ver as qualidades de forma menos objectiva, intervindo na denominação da qualidade aspectos como conhecimento estereotípico, atitude do enunciador, etc. Esta verificação permitiria fazer uma extrapolação: a de que, em geral, os sufixos utilizados nas terminologias científicas e técnicas seriam sobretudo sufixos internacionais, ao passo que

os sufixos autóctones, dado o carácter menos objectivo que conferem às denominações, dificilmente ocorreriam em discursos especializados e seriam mais aptos a denominar realidades da língua corrente. Porém, esta extrapolação não é totalmente correcta, como ficou demonstrado, e é, então, necessário encontrar outras explicações.

6.2. Porque são outros os operadores afixais que ocorrem noutros subdomínios da Náutica, especialmente nos de desenvolvimento mais recente?

Praticamente todos os sufixos estudados até agora, presentes nos vocabulários usados a bordo, dos subdomínios da Navegação, da Construção Naval e da Meteorologia são sufixos autóctones. Em contrapartida, os vocabulários de outras especialidades da Náutica (Política de Pesca e Águas Territoriais, Políticas Ambientais e Poluição, Comércio Internacional Marítimo e a vertente mais científica da Meteorologia), apresentam, sobretudo, derivados com sufixos internacionais.

Este facto poderá ser justificado por dois factos que actuam concomitantemente e que, de resto, já foram a florados acima:

(i) por um lado, o exercício profissional neste último grupo de subdomínios de especialidade exige, em geral, uma formação académica de nível superior, geralmente acompanhada do domínio de uma ou mais línguas estrangeiras, nomeadamente da língua inglesa, que é actualmente “língua oficial do mar”, na formulação de Magano e Silva (no prelo);

(ii) por outro lado, todos estes subdomínios são intrinsecamente internacionais, desenvolvidos e discutidos no âmbito de organizações internacionais, o que, por si só, favorece a difusão de internacionalismos.

Os termos destes subdomínios em português correspondem, portanto, na maioria dos casos, a réplicas, decalques morfológicos ou morfossintácticos, de termos construídos primeiramente em língua inglesa.

A razão apontada em (i) é corroborada pela própria linguagem do subdomínio da Meteorologia, onde, a par de um vocabulário de descrição empírica dos estados e fenómenos atmosféricos, ocorre, como já foi referido, todo um vocabulário mais “culto”, mais “erudito”, passível de ser adquirido no âmbito de formação académica e técnica específica.

6.3. Consequências da internacionalização científico-técnica e linguística

Como é sabido, ao produzir um neologismo para substituir um empréstimo, é muitas vezes mais fácil decalcar directamente a estrutura morfológica ou morfossintáctica que é semelhante na língua de partida e que funciona na língua de chegada. A adopção de estruturas semelhantes em línguas distintas, dando lugar à existência de internacionalismos, tem a vantagem de facilitar a transmissão de conhecimentos entre línguas, como é sabido, e, por isso, tem sido um procedimento adoptado no seio de instituições internacionais, como é o caso da União Europeia.²² Porém, esta prática pode ter também consequências, na minha opinião, dignas de reflexão e pode ser tanto mais preocupante quanto se assiste na comunicação profissional, actualmente, à substituição, consciente e/ou inconsciente, de termos autóctones por termos que apresentam estruturas mais próximas das dos equivalentes termos ingleses, para denominar os mesmos conceitos ou os que evoluíram a partir de conceitos antigos.

Na minha perspectiva, a internacionalização dos diferentes domínios científicos e técnicos e o conseqüente predomínio do inglês como língua de comunicação internacional em ciência e técnica/tecnologia poderão ter implicações não apenas na adopção sistemática de termos de origem inglesa nas diferentes línguas, particularmente nas românicas, como tem sido até hoje sobejamente referido, mas, ainda, na substituição do vasto leque de regras e operadores de construção de palavras autóctones das diferentes línguas por um número reduzido de operadores que apresentam formas cognatas em inglês. Ora, tendo em conta que, tal como se pretendeu demonstrar neste trabalho, a denominação de um conceito através de uma palavra construída determinada é uma forma de dar a ver o mundo de um certo modo, é a forma de veicular um certo “olhar” sobre a realidade, então, o desaparecimento de determinados operadores pode não só empobrecer a língua, como provocar a extinção dos “olhares” sobre a realidade que as estruturas em que intervêm permitem veicular.

Em suma, mais do que afectar os vocabulários em si pela incorporação maciça de empréstimos da língua, a globalização científica e técnica e a conseqüente globalização linguística estão a afectar línguas como as nossas,²³ minorizadas e expostas a estes fenómenos, ao nível das suas próprias estruturas.

Não perfilho uma visão fundamentalista nem catastrofista das línguas, pelo que admito que este fenómeno possa fazer parte da sua evolução natural. De resto, importa

²² Cf., por exemplo, Correia 1996, a propósito do termo *subsidiariedade*.

²³ Refiro-me, neste contexto, particularmente às línguas ibero-americanas.

lembrar que a internacionalização dos saberes científicos e técnicos não é um fenómeno de hoje. No entanto, o que pode ser preocupante é a dimensão que essa internacionalização, por força da globalização que vivemos, tem vindo a assumir e, sobretudo, que a transferência de saberes ocorra predominantemente apenas num sentido e não numa pluralidade de sentidos, como ocorria noutras épocas. Por isso, considero que estes factos deverão merecer a atenção de todos aqueles que, de um modo ou outro, intervêm na normalização ou normativização terminológicas e na planificação linguística global, mas também, dos linguistas em geral e dos sociolinguistas em particular.

7. Conclusões

O principal objectivo deste trabalho foi chamar a atenção para o contributo que os mais recentes dados da morfologia construcional têm a dar à compreensão da génese e do funcionamento dos vocabulários especializados e, em consequência, ao próprio desenvolvimento da teoria terminológica. Esta contribuição vem, de resto, na linha de diferentes aproximações entre a Linguística e a Terminologia a que se tem vindo a assistir nos últimos anos.

Pretendeu-se demonstrar que o predomínio de derivados com sufixos autóctones no vocabulário em análise é justificado pelo contexto sócio-histórico da sua génese, mas corresponde também a uma visão pragmática da realidade, bem como a uma perspectiva de cariz empiricista dessa mesma realidade, permitindo, portanto, a transmissão de uma determinada forma de a conceptualizar, a transmissão de uma determinada visão do mundo. Pretendeu-se mostrar até que ponto os recursos analisados constituem, de facto, a forma mais eficiente de denominar os conceitos em causa, servindo, ao mesmo tempo, objectivos comunicativos específicos. Por outro lado, pretendeu-se demonstrar que a ausência desses mesmos operadores em vocabulários de subdomínios de desenvolvimento mais recente resulta, sobretudo, dos contextos socioprofissionais em que estes vocabulários foram construídos e nos quais se encontram em uso.

Com tudo isto, creio ter mostrado o tipo de contributos que a nova linguística pode trazer ao desenvolvimento, sobretudo teórico, mas também aplicado, da Terminologia.

Por fim, chamou-se a atenção para as implicações que a globalização linguística pode ter não apenas nos vocabulários das nossas línguas, mas, de forma mais insidiosa, na própria estrutura destas línguas.

Ao realizar este trabalho, creio ter conseguido atingir o objectivo para mim mais importante: demonstrar a necessidade de conhecer os processos e operadores morfológicos próprios de cada língua, tendo-os efectivamente a todos em conta quando da construção de novas unidades. Agindo deste modo e não nos restringindo apenas à aplicação das regras e operadores que apresentam cognatos em língua inglesa, conseguiremos reduzir o risco de que diferentes possíveis maneiras de dar a ver os conceitos a denominar possam desaparecer, o que empobreceria seguramente as nossas diferentes visões do mundo, a nossa pluralidade e a nossas identidades particulares.

Como em muitos outros aspectos, a chave consistirá em encontrar o justo equilíbrio entre a produção de internacionalismos e a preservação dos mecanismos próprios de cada língua.

Muito obrigada.

8. Bibliografia

- Cabré, M. Teresa 1999. *La terminología – representación y comunicación*. Barcelona: IULA / Universitat Pompeu Fabra.
- Cabré, M. T. 1999. *La terminología – representación y comunicación*. Barcelona: IULA / Universitat Pompeu Fabra.
- Corbin, D. 1987. *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. 2 vols. Tubinga: Max Niemeyer Verlag.
- Corbin, D. 1991. «Introduction - La formation des mots: structures et interprétations». In: *Lexique 10*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, pp. 7-30.
- Corbin, D. 1997. La représentation d'une « famille de mots » dans le *Dictionnaire dérivationnel du français* et ses corrélats théoriques, méthodologiques et descriptifs. In : *Recherches linguistiques de Vincennes*, 5-37 + errata.
- Corbin, D. (a publicar). *Le lexique construit*. Paris: Librairie Armand Colin.
- Corbin, P. 1990. Le monde étrange des dictionnaires (7). Logique linguistique et logique botanique: problèmes posés par la définition d'une classe de mots dérivés du français. In: *Cahiers de Lexicologie*, n° 56 [*Actes du Colloque Franco-Danois de Lexicographie*, Copenhaga, 19 e 20 de Setembro de 1988], pp. 75-108.
- Corbin, D. e P. Corbin 1991. Un traitement unifié du suffixe *-ier(e)*. In: *Lexique 10*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires de Lille, pp. 61-145.

In: La terminología en el siglo XXI – Actas del IX Simposio Iberoamericano de Terminología. Barcelona (Espanha): IULA, pp. 31-52.
(versão entregue para publicação)

- Correia, M. 1996. Solução de dificuldades linguísticas devidas à influência de outras línguas. *In: Actas del V Simposio Iberoamericano de Terminología.* México: Unión Latina/El Colegio de México/ENEP Acatlán y Instituto de Ingeniería de la UNAM/Organización Mexicana de Traductores/Asociación Mexicana de Lingüística Aplicada, pp. 126-133.
- Correia, M. 2004. *Denominação e construção de palavras – o caso dos nomes de qualidade em português.* Lisboa: Edições Colibri.
- Correia, M. (no prelo). Para uma cooperação entre especialistas do domínio e terminólogos – o caso de dois dicionários náuticos portugueses. *In: Doria, M. (org.).*
- Doria, M. (org.) (no prelo). *Actas da 3.ª Conferência Internacional de Terminologia Marítima* (Lisboa, Junho de 2003).
- Ferreira da Silva, J. 1998. *Oceanos – Glossário anotado de termos correntes.* Lisboa: Parque Expo 98, S. A.
- Ferreira da Silva, J. (no prelo). A terminologia marítima como léxico de especialidade. *In: Doria, M. (org.).*
- Gaudin, F. 2003. *Socioterminologie – Une approche sociolinguistique de la terminologie.* Bruxelas: De Boeck.
- Kleiber, G. 1990. *La sémantique du prototype: Catégories et sens lexical,* Paris: Presses Universitaires de France.
- Leitão, H. e J. Vicente Lopes 1990. *Dicionário de Linguagem de Marinha Antiga e Actual.* 3.ª edição. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Mineiro, A. 2004. Aspects discursifs et linguistiques dans la terminologie maritime du portugais européen. *In: Actes de GLAT-Barcelona 2004.* Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 125-136.
- Mineiro, A. (em preparação). O papel da metáfora na construção da terminologia náutica portuguesa. Dissertação de doutoramento a apresentar à Universidade de Lisboa.
- Mineiro, A. e Ph. Steiger (no prelo). A produtividade dos nomes metafóricos de construção naval em português europeu: um estudo comparado a partir de textos dos séculos XVI e XVII e do século XX. *In: Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, Outubro de 2004).
- Rey, A. 1995. *Essays on Terminology.* Amesterdão / Filadélfia: John Benjamins.
- Rio-Torto, G. M. 1993. *Formação de palavras em português: Aspectos da construção de avaliativos.* Dissertação de Doutoramento. Coimbra: Univ. de Coimbra (inérita).

In: La terminología en el siglo XXI – Actas del IX Simposio Iberoamericano de Terminología.
Barcelona (Espanha): IULA, pp. 31-52.
(versão entregue para publicação)

s/a 1998. *Disposições gerais e conceitos fundamentais de navegação – INA2.* Lisboa:
Ministério da Defesa Nacional / Estado-Maior da Armada.

Silva, Magano e (no prelo). A língua inglesa como língua internacional do mar. *In: Doria,*
M. (org.).

Soeiro de Brito, J. 1971. Evolução recente dos métodos de navegação. Da navegação
estimada à navegação por satélite. Separata. *Anais do Clube Militar Naval*, n.^{os} 4-6.

Temmerman, Rita 2000. *Towards New Days of Terminology Description – The*
sociocognitive approach. Amesterdão / Filadélfia: John Benjamins.

Vallès, T. 2004. *Creativitat lèxica en un model basat en l'ús.* Barcelona: Publicacions de
l'Abadia de Monserrat.